

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 4268 / 2019	21/02/2019	2019/300.10.005/280	Contratação Pública

ASSUNTO: Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de serviços de aluguer de tenda, pavimento e som para o evento Carnaval de Sines 2019

Código CPV: 98390000-3 Outros serviços, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Tipo de Procedimento – Consulta Prévia, valor contratual \geq € 20.000,00 e $<$ € 75.000,00

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

Na sequência de anterior procedimento e de acordo com a informação registo n.º 4148 de 20/02/2019, com origem no serviço de Comunicação e Imagem, que é parte integrante deste processo e sobre a qual foi exarado Despacho do Sr. Presidente relativo à concordância com a necessidade da aquisição, verifica-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação que tem como objeto a aquisição de serviços de aluguer de tenda, pavimento e som para o evento Carnaval de Sines 2019.

Para a contratação em causa, propõe-se um prazo de 8 dias.

II – Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, define-se como preço base para este procedimento o montante de **€ 18.990,00 (dezoito mil novecentos e noventa euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando este como parâmetro base do preço contratual.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como fundamentação a consulta preliminar efetuada nos termos do disposto no art.º 35.º - A do CCP, conforme documento em anexo ao registo n.º 1845 de 25-01-2019, o qual é parte integrante do processo de contratação, sendo este um mecanismo destinado apenas ao planeamento e preparação do procedimento.

Nos termos do disposto no art.º 473.º do CCP, os valores apresentados não incluem o imposto sobre o valor acrescentado – IVA, à taxa de 23%.

III - Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/020225 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2019, conforme documento anexo - Requisição Interna n.º 176/2019, relativa ao cabimento prévio n.º 1660 datado de 21/02/2019.

IV – Fundamentação para a escolha do procedimento

Apesar do valor contratual ser inferior a € 20.000,00 e ser possível a contratação mediante ajuste direto, pela persecução dos princípios basilares da contratação pública, previsto no art.º 1.º - A do CCP, nomeadamente a concorrência e a transparência, propõe-se a adoção de um procedimento por consulta prévia, com consulta a três entidades, cfr. previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

V – Decisão de Contratar e decisão de autorização da Despesa

Considerando que nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Atendendo a que nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP a escolha da consulta prévia permite a celebração de contratos de valor compreendido entre € 20.000,00 e € 75.000,00 e, considerando o valor previsto para o contrato de prestação de serviços em causa, solicita-se ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 31/10/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, que:

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de consulta prévia;
- b) Autorize, nos termos do n.º 1 do art.º 113.º, o envio de convite à apresentação de proposta às entidades abaixo mencionadas, considerando que a sua escolha não viola o disposto no n.º 2 e no n.º 5, do mencionado artigo, conjugado com o n.º 1 do art.º 114.º do CCP:

➤ ALG Eventos, Lda - NIF 513097511;

(adjudicações mediante ajuste direto € 20.375,56)

➤ Corval Som - Produções Audiovisuais Lda – NIF 503547271;

(sem adjudicações)

➤ Açoteia da Cultura, Lda – NIF 510973680;

(sem adjudicações)

- c) Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento, respetivamente o convite à apresentação de proposta e cadernos de encargos, conforme documentos em anexo;

VI – Critério de adjudicação

Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 74.º do CCP a adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da melhor relação qualidade – preço/ na modalidade da avaliação do preço.

VII – Nomeação do júri do procedimento

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 67.º do CCP designe o Júri do procedimento, cujo funcionamento e competências estão fixadas nos art.º 68.º e 69.º do referido diploma legal, propondo-se a seguinte composição:

- Natalina David, Assistente técnica, na qualidade de presidente;
- Fernando Semião, Encarregado Operacional, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Carlos Farto, Técnico Superior, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Sandra Garcia, Assistente Técnica, na qualidade de primeiro suplente;
- Eugénia Plácido, Assistente Técnica, na qualidade de segundo suplente.

Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, a delegação de competência no júri para:

- a) Prestar esclarecimentos;
- b) Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas;
- c) Assinatura de notificações obrigatórias no âmbito do procedimento, durante o período de exercício de funções do júri;
- d) Proceder à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se for decidido que a mesma não se realize ou seja dispensada ao abrigo do art.º 124.º do Decreto – Lei n.º 4/2015, de 07.01 - Código do Procedimento Administrativo;

VIII – Nomeação do gestor do contrato

Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se a Assistente Técnica do serviço de Comunicação e Imagem Natalina David, seja nomeado como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

IX – Nomeação do gestor do procedimento

Atento o disposto no art.º 55.º Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto – Lei n.º 4/2015, 07.01 e n.º 4 do art.º 3.º da Lei 73/2014, 13.05, sugere-se que seja nomeada como gestora do procedimento a Assistente Técnica Sandra Garcia do Serviço de Contratação Pública, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual, ficando autorizada a efetuar o carregamento dos documentos inerentes ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública, assinando-os com recurso a assinatura eletrónica, e nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 68 do CCP sugere-se a sua nomeação para secretariar e apoiar o júri do procedimento.

X - Prazo para apresentação de proposta

Propõe-se que seja dado um prazo de 2 dias para apresentação de proposta, considerando este um prazo razoável para a sua elaboração.

XI – Contrato Escrito

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

da adjudicação a escrito.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

XIV - Outras Exigências Legais

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Considerando que o valor a contratar é superior ao valor contratado em 2018, atendendo a que a necessidade de contratar foi prévia e devidamente fundamentada pelo serviço competente, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 63.º da Lei n.º 71/2018, de 31.12 – LOE 2019, deverá o Sr. Vice-Presidente autorizar a dispensa do disposto no n.º 1 do referido artigo.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)
